

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO DAS METAS ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM SAÚDE DO SAMS E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2025. Em 30 (trinta) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 18 horas, temporariamente na Associação Ibitinguense Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ibitinga - Crea (Rua Antônio Casemiro, nº 45 – Bairro Petrópolis - Ibitinga/SP, foi realizada a Audiência Pública para a demonstração das metas orçamentárias da Câmara Municipal, demonstração da aplicação dos recursos em saúde do SAMS e avaliação das metas fiscais do município, referentes ao segundo quadrimestre de 2025, que serão avaliados pela comissão. O Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Ricardo Prado abriu a presente audiência cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes e informando que esta audiência terá duração de duas horas, prorrogando se necessário para a conclusão do assunto, e que está sendo gravada e transmitida pelo Facebook oficial da Casa, que após o término será postado no site da Câmara e que será lavrada a ata junto a esta Comissão. Informou também que população que está assistindo de casa a audiência poderá fazer questionamento através do e-mail: camara@camaraibitinga.sp.gov.br, se identificando com o nome completo e CPF. Os arquivos que serão apresentados estão disponibilizados no site da Câmara Municipal: www.Ibitinga.sp.leg.br – atividade legislativa – audiência pública – 2025. Neste momento registrou a presença dos seguintes vereadores e autoridades presentes: Vereador César Diego Sandoval Mas Urtado – Vice-Presidente da Comissão, Vereador José Nilson Viana - Secretário da Comissão, Vereador Rafael de Castro, Vereador Marcos Geretto Caldas Mazo, Vereador José Aparecido da Rocha, Vereador Murilo Bueno, Vereador Célio Roberto Aristão, Diretora Financeira da Casa – senhora Fátima Aparecida Johansen, Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal – senhor Maurício Rodrigues Mergulhão, Gestora do SAMS – senhora Queila Teruel Pavani, contador do SAMS – senhor Fernando Nicolau, Diretor de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal – Senhor Lilson Aparecido Mattiulli, secretária do Parlamento Jovem - Laura Sampaio dos Santos, Presidente do Parlamento Jovem - Emanuele Camila Carrilha de Souza. Não havendo nenhuma correspondência o Presidente informou que a presente audiência iniciará com o demonstrativo do cumprimento das metas orçamentárias do Poder Legislativo, passando a palavra para a Diretora, senhora Fátima, explicou o conteúdo da **Matéria Recebida nº 644/2025**, iniciando sua explanação mencionando que as dotações orçamentárias para o exercício de 2025 totaliza a importância de R\$ 6.884.000,00 (seis milhões, oitocentos e oitenta e quatro reais). Até 31 de agosto teve uma execução do orçamento no valor de R\$ 3.492.36965, desse orçamento, foram feitos dois remanejamentos, um de R\$ 70.000,00 - com relação à locação do novo prédio em que a Câmara está instalada no momento, e um de R\$ 60.000,00 para a obra do novo prédio da Câmara. Mencionou o quadro cujo está valor do duodécimo R\$ 4.584.000,00; o quadro do Superavit R\$ 1.182.609,08; quadro do restos a pagar - demonstração, explicando que dos exercícios anteriores, ainda resta a quitar R\$ 139.395,41, sendo que R\$ 139.067,93 é da construção. Nos próximos quadros demonstrou o cumprimento do que a Câmara tem que zelar com relação à Constituição Federal que não pode gastar mais de 70% de despesa com pessoal e não pode gastar mais que 6% da receita corrente líquida do município com o pessoal, o orçamento da Câmara seria 21 milhões, mas que hoje está bem abaixo disso, estando com R\$ 6.884.000,00. No mês de agosto foi recebido R\$ 573.000,00, onde 70% incide no valor de R\$ 401.100,00 e gastou-se R\$ 260.670,25. Com relação à receita corrente líquida, que a Câmara tem o direito de gastar 6% com despesa de pessoal, seria o valor de R\$1.457.084,74 no mês de agosto foi de R\$ 308.146,70. Disse que na avaliação do art. nº 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Legislativo possui recursos suficiente para sanar seus compromissos assumidos para o exercício de 2025, mas na avaliação da situação de liquidez projetada para o mês de Agosto de 2025 constatamos superavit na Liquidez apurada, no valor de R\$ 1.044.610,69. Falou que ainda resta receber de duodécimo R\$ 2.300.000,00, mas que ainda tem para gastar R\$ 3.391.630,25 dando um déficit de um milhão mas ainda tem a disponibilidade financeira aplicada que vai zerar em 31 de dezembro, cumprindo as metas do Poder Legislativo. Neste momento foi aberta a palavra para questionamentos. O Vereador

José Rocha perguntou quanto está se gastando sobre a porcentagem dos 7% da receita municipal, sendo respondido pela Diretora que diante do percentual a Câmara teria direito a R\$ 21.000.000,00 e que diante do orçamento de R\$ 6.884.000,00 teria direito de gastar 3.492.369,65 foi o gasto até 31 de agosto, onde 13,88% foi gasto em custeio de despesa administrativo de pessoal foi gasto 36.84%, sendo que a tem até 70% da receita recebida para gastar com o pessoal. O Vereador perguntou sobre a porcentagem que o orçamento fechará, sendo respondido que em torno de 60%. O Presidente da Comissão, Vereador Ricardo perguntou sobre o saldo remanescente da construção se será o suficiente para o final da obra, sendo respondido pela Diretora, que sim. O Vereador José perguntou se as contas da Câmara recebeu algum apontamento do TC. A diretora disse que há algumas recomendações. Perguntou se há previsão de devolução de duodécimo, sendo respondido que a Mesa não tem intenção de devolver por conta da construção do prédio da Câmara e tudo que será ali investido. Não havendo questionamentos o Presidente passou para a apresentação da **Matéria Recebida nº 659/2025** – do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, para a demonstração da aplicação dos recursos na saúde. Neste momento o contador do SAMS, o senhor Fernando Nicolau iniciou a explanação. Conforme o relatório falou sobre as RECEITAS PRÓPRIAS onde contam os valores dos impostos, fundos, multas e cotas contidos, perfazendo valor mínimo de aplicação de R\$ 21.126.262,54, representando o percentual de 15% que é para ser aplicado na saúde e o valor total de recursos próprios de R\$ 28.760.426,56; em seguida passou para o DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE para uma população de 61.908 habitantes, onde as Despesas Total com Ações e Serviços de Saúde por habitante é de R\$ 706,06 e das Despesas com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde por habitante é de R\$ 464,56. Quase R\$ 500,00 é o valor que município com recurso próprio custeia a saúde de Ibitinga. Na tabela ao lado fez a demonstração desde 2021 até o segundo quadrimestre de 2025 tendo um rendimento considerável, em seguida demonstrou uma tabela de resumo financeiro, das receitas o valor de R\$ 53.472.123,55, das despesas o R\$ 4.656.530,53, ficando em restos a pagar o valor de R\$ 375.263,17. O próximo quadro trouxe as receitas da Autarquia com previsão inicial de R\$ 76.822.795,01. Após, explanou o demonstrativo das ATIVIDADES DO CSII E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE IBITINGA 2º QUADRIMESTRE DE 2025: ATIVIDADES DO SF VILA MARIA IBITINGA, ATIVIDADES DO SF SANTA CLARA IBITINGA SALUSTIANO PINHEIRO, ATIVIDADES DO SF VILA SIMÕES IBITINGA José Coleone, ATIVIDADES DO SF BANCÁRIOS IBITINGA Albino Quaresma Filho, ATIVIDADES DO PRONTO SOCORRO – VILA MARIA, ATIVIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA e o TOTAL DE ATENDIMENTO DO SAMS NO MUNICÍPIO DE IBITINGA, DEMONSTRATIVOS DOS PROCEDIMENTOS DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES – CCZ, DEMONSTRATIVO DE VIAGENS E PACIENTES TRANSPORTADOS CARRO E AMBULÂNCIA, ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU e as TRANSFERÊNCIA DE URGÊNCIAS, perfazendo o total de índice de aplicação da saúde de 20,42% até o segundo quadrimestre de 2025. Neste momento o Presidente da Comissão registrou a presença do Presidente da Casa, Antonio Esmael Alves de Mira. Em seguida abriu a palavra aos presentes para questionamentos. O Vereador Célio perguntou quais medidas estão sendo planejadas para fortalecer a rede local e reduzir a necessidade de encaminhamentos externos. A Gestora do SAMS – senhora Queila, respondeu que há muitas demandas e que se necessita de melhorias e relatou estudo da USP o qual diz que nosso município precisava ter 14 estratégias, enquanto hoje há 4, mas que, por exemplo, uma das estratégias vai ser a construção de uma UBS no Jardim Planto Paraíso e que ano que vem será aberto concurso para profissionais que estão faltando. Disse que tem feito horários de atendimento estendido para aqueles que não podem ser atendidos nos horários habituais e que conforme preconiza o Ministério da Saúde haverá uma campanha todo mês. O Vereador Murilo pediu a parte para perguntar se as despesas das campanhas são 100% custadas pela Autarquia, se há receita para isso, se realizará por conta própria as despesas. A Gestora respondeu que nem sempre há recursos e que as vezes até os funcionários bancam o material. No caso das mamografias é a Autarquia que custeio com recursos próprios. O Vereador Ricardo, Presidente da Comissão,

perguntou a respeito do resumo das receitas e despesas do exercício, que provavelmente não será suficiente até o final, quais serão as estratégias. O senhor Fernando responde que a princípio está fazendo uma análise bastante detida do orçamento para que possa fazer suplementação, visando principalmente a parte de obrigações, folha de pagamento e tributos e o restante focar tudo na despesa com a saúde, com a contenção de gastos e a partir agora do mês de outubro, foi sugerido para a administração uma contenção orçamentária para que se consiga vencer até dezembro com esse restante. O Vereador perguntou o que se enquadraria, sendo respondido o que não for folha de pagamento, obrigações tributárias e trabalhistas. A Gestora complementou que a respeito desses recursos, os mesmos são também para: unidades básicas de saúde, estratégia de saúde da família, centro de fisioterapia, CAPS, Ceteia, CCZ, as farmácias, Santa Casa, UPA, Centro Especialidades e Vila Maria, esse valor é também referente ao que o município disponibiliza em torno de 20% do seu orçamento, apesar da lei dizer que é acima de 15%. Neste momento o Presidente registrou a presença da Secretaria Municipal de Educação, a senhora Karina Rossi Assme Nakamura. O Vereador Rafael falou da alegria de ter dado certo a UBS no Jardim Planalto Paraíso e do concurso e falou da importância da valorização salarial e perguntou ao senhor Fernando sobre os valores, das despesas totais de recursos próprios que consta um valor de 28 milhões e na transferência municipal é de 30 milhões. Sendo respondido que os 28 milhões foram todas as despesas na saúde e os 30 milhões foi o valor que a Prefeitura transferiu para o SAMS, onde a diferença vai para o pagamento de outros serviços que não entram nesse cálculo. Perguntou também sobre o valor de 78 milhões, quanto desse valor está relacionado ao convênio com a Santa Casa. A senhora gestora respondeu que a Santa Casa é um complexo de: Santa Casa, Centro de Especialidades, Pronto Socorro, Vila Maria e a UPA e mensalmente é repassado para o SAMS em torno de R\$ 2.800.000,00 e para a Santa Casa R\$ 1.416.000,00. O Vereador José questionou se o repasse está correto e se há um Conselho Fiscal, sendo respondido que sim, pela Gestora. O Vereador Rafael sugeriu a comissão, quando da realização da próxima audiência, também convidar o Conselho Fiscal da Santa Casa já que recebe repasse público. O Presidente da comissão relatou que foi decidido na última reunião de comissão que serão expedidos ofícios a Santa Casa sobre informações importantes que não constam nem no site da Santa Casa e nem da Prefeitura, no portal da transparência. O Vereador José perguntou quem está gerindo a Santa Casa, sendo respondido pela Gestora que hoje o Diretor Técnico é o Dr. Jacó, o Dr. Murilo Mancini é o diretor clínico, e o Dr. Gustavo Corradini é o interventor. O Vereador Marcos perguntou sobre o projeto para concessão e suplementação de orçamento para o auxílio moradia para médicos, diante do que foi mencionado sobre a contenção de gastos. A senhora Queila disse que hoje Ibitinga tem cinco médicos fornecidos pelo Governo federal e que o único custo com o projeto será da moradia, e que hoje pagam R\$ 770,00 com auxílio alimentação, e o projeto vai atualizar o valores, e o valor de gastos com o médico estrategista chega a R\$ 20.000,00. O Vereador perguntou sobre a qualidade desse atendimento médico e o que a população tem avaliado. A Gestora respondeu que esses tem qualificação necessária para atender a saúde básica. O Vereador Ricardo perguntou se o Executivo está sendo informado sobre essa contenção de gastos. A senhora Queila disse que as despesas que são essenciais e movem o trabalho da Autarquia não terá como mexer e que com a vinda da Hemodiálise diminuirá as viagens e que já foi feito um trabalho sério em cima das horas extras. O Vereador José perguntou qual o percentual da folha de pagamento do SAMS. O senhor Fernando disse que tem como fornecer a informação, mas no momento não as tem. O Vereador José falou do percentual aplicado na saúde nos últimos anos que não atende o que a população precisa. A Senhora Queila falou sobre as emendas dos Vereadores, dos Deputados, dos programas do Governo que auxiliam o trabalho. O Vereador José perguntou sobre a Santa Casa no que se refere ao SUS, sendo respondido pela gestora que as alas de atendimento do SUS é determinado pelo Governo. O Vereador César perguntou se há alguma estratégia para aumentar o atendimento das especialidades médicas. A gestora relatou que conforme orientação do Ministério da Saúde o paciente primeiro precisa passar por um médico generalista e se precisar, depois para o médico especialista, sendo e que a finalidade não é aumentar o especialista, mas sim ter o clínico que possa resolver o problema do paciente, por isso o ideal é fortalecer a atenção básica e a clínica geral. O munícipe Antônio Marcos elencou vários assuntos de

serviços realizados no município, necessidades e que a saúde pública, não só de Ibitinga, como estadual, federal, só vai ser reconhecida como saúde pública, SUS, Sistema Único de Saúde quando for humanizada e os nossos representantes políticos obrigatoriamente dentro da lei usar o SUS. A Gestora usou da palavra para mencionar o número de veículos e pacientes que são levados para realizar tratamento e que esse serviço precisa ser realizado de forma coletiva e que tenta administrar dentro da saúde diante da demanda que possui. O munícipe Antônio Marcos relatou sobre as horas dos motoristas das viagens e que isso precisa ser revisto quando da contingência do orçamento. O munícipe André Fukuoka perguntou se há possibilidade de colocar segurança dentro das unidades básicas, principalmente na UPA, para garantir a segurança dos funcionários dessas unidades. A senhora Queila disse que no momento esse orçamento está dentro do orçamento da prefeitura que agrega a Guarda Municipal, e que realmente sabe que tem episódios de violência, mas que não tem esse projeto de imediato, mas acredita que o Dr. Florisvaldo, Dr. Marcel, pensam sim em ter uma equipe para ficar na frente de todos esses equipamentos. Neste momento, devido ao tempo da audiência ter expirado, o Presidente da Comissão, prorrogou por mais trinta minutos e passou a palavra ao senhor Maurício, Secretário Municipal, para explicação da **Matéria Recebida nº 658/2025**, iniciando relatou que nesta audiência serão apresentados os principais aspectos do Resultado Primário da Receita, da Despesa e da Dívida Consolidada no 2º Quadrimestre de 2025. A análise do resultado fiscal relativo ao período em questão tem a finalidade de demonstrar de forma clara e inequívoca o cumprimento de todas as metas fiscais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para apuração dos dados mencionados, serão consideradas todas as esferas de governo, compreendendo: Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Após, discorreu sobre o ITEM 2 – RESULTADO PRIMÁRIO – que no período em exame foi de R\$ 21.757.013,07; em seguida o ITEM 3 – RECEITAS E DESPESAS DO EXERCÍCIO onde constatou o valor total da despesa liquidada total é inferior em 14,55% ou R\$ 31.623.839,26 ao valor total arrecadado no período, o que demonstra de forma clara e inequívoca, a capacidade do município de honrar os compromissos assumidos. ITEM 4 - GASTO COM PESSOAL - As despesas com Pessoal Civil e Encargos Sociais totalizaram R\$ 120.922.474,76 no período de setembro de 2024 à agosto de 2025, representando 39,18% do total da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal apurada no mesmo período, que foi de R\$ 308.609.255,94 e ressaltou que o limite prudencial estabelecido é de 51,30% e o máximo 54,00%. ITEM 5 – RESTOS A PAGAR - compreendem as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, tratando-se, portanto, de obrigações já contraídas, que necessitam de caixa para seu atendimento. ITEM 6 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E LIMITES - podemos notar que o saldo da Dívida Consolidada Líquida do Município, atinge 0,001% da Receita Corrente Líquida; ITEM 7 – EDUCAÇÃO 25% - o total empenhado apurado, representa um percentual de 30,29% correspondente a uma aplicação a maior de R\$ 7.589.368,92, ressalta-se que o limite mínimo obrigatório, imposto pelo Caput do art. 212 da Constituição Federal é de 25,00%. FUNDEB - nesse 2º quadrimestre o montante empenhado corresponde a 99,32%, sendo aplicado da seguinte forma: 94,30% com o Magistério e 5,02% com demais despesas; ITEM 8 – SAÚDE - o município superou o limite mínimo legal em 5,42%, que representa o montante de R\$ 7.634.164,02; e ITEM 9 – CONCLUSÃO. Terminada a apresentação das metas fiscais da Prefeitura Municipal, foi aberta a palavra pelo Presidente. O Vereador Murilo perguntou quais são as perspectivas da gestão para efetivar a valorização do magistério por meio do plano de carreira. A secretária de educação respondeu que estava aguardando concurso público para contratação de alguns cargos que estão em defasagem e que sobre o plano de carreira depende da administração. O Vereador Murilo perguntou ao senhor Maurício o que seria restos a pagar não processados, onde foi respondido que podem ser as obras em andamento, que são empenhadas na sua totalidade, passando de um ano para o outro sem ser terminada. O Vereador ainda perguntou se os contratos ou os serviços que foram empenhados e não foram realizados compõem o valor de 5.4 milhões. O Senhor Maurício disse que há contratos empenhados nessa situação desde 2013 e que já apurou quase 2 milhões para serem anulados e que pretender liquidar essa situação até o final do ano, porque fica mascarando o resultado efetivo da prefeitura. A Diretora de Finanças perguntou ao senhor Maurício se não tem nada referente as emendas impositivas de anos anteriores, sendo

respondido que não. O vereador José perguntou sobre os percentuais de 70% mais 30% para a educação. O Senhor Maurício respondeu que os 70% no mínimo tem que ser gasto com o magistério e com o pessoal do magistério os 30% que podem ser gastos com outras despesas. O Vereador José relatou todas as necessidades das escolas que visitou até o momento. O Senhor Maurício falou sobre o cumprimento de leis e que o orçamento é fixo e tem que segurar dentro daquilo que é previsto, mas que se em melhorias na saúde e na educação mas que precisa ser feito com responsabilidade. A Senhora Karina disse que ainda neste ano duas escolas receberão reforma e que bastante investimento na questão de compra de equipamentos, compra de imobiliário, formação de professores e que possui um planejamento junto com o obras vendo quais escolas podem ser realizadas benfeitorias sem que mexa com as crianças. O Vereador Rafael perguntou sobre os restos a pagar, da transmissão deles para exercícios subsequentes, na troca de mandato há limitações relacionadas a isso, se no resto a pagar que fica de um mandato para o outro, ele tem que tá relacionado a um superávit, tem que deixar dinheiro em caixa para que haja a possibilidade de pagamento e se essa situação ocorreu da gestão passada para essa. O Senhor Secretário disse que é TC que apura se isso está correto ou não. O Vereador ainda perguntou sobre o balanço do ano passado, sendo respondido que foi apresentado no quadrimestre passado. O Vereador perguntou se não se constatar o superávit existente para compensar esse inscrito em resto a pagar, seria um crime de responsabilidade. O Senhor Secretário disse que não, pois tem coisas que passa de uma gestão para outra e mencionou, por exemplo, uma obra de grande porte, ela não tem como ser de uma gestão só e também a situação dos convênios. Então, como ela passou com restos a pagar, é uma situação que não tem problema, mas se tivesse liquidada seria uma outra situação, porque já ouve uma execução e a emissão de nota. O Presidente da Casa perguntou se há previsão para o pagamento das emendas impositivas dos Vereadores do ano passado, que ainda não foram pagas. O Senho Maurício disse que em semanas anteriores pagou mais de 2,5 milhões, da segunda parte do SAMS e quase todas as emendas impositivas da prefeitura, restando apenas algumas do Corpo de Bombeiro, que é a prefeitura que vai fazer licitação. A senhora Queila ressaltou a importância das emendas que devido a isso, conforme emenda impositiva do Célio destinada a ressonância, a fila foi zerada e mencionou outros exemplos de emendas do Vereadores que auxiliaram a saúde. Terminada a explanação o Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo nenhum questionamento o Presidente informou a todos que a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade extrairá suas conclusões sobre a Demonstração do cumprimento das metas fiscais do município, a demonstração do Cumprimento das Metas Orçamentárias do Poder Legislativo, e ao que foi apresentado pelo SAMS que será divulgada junto a imprensa oficial. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a audiência. Esta Ata, resumo da Ata Eletrônica em áudio, disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, foi lavrada por mim, José Nilson Viana – Secretário desta Comissão, que após ser lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão presentes. Ibitinga, 30 de setembro de 2025.

Presidente – Vereador Adão Ricardo Vieira do Prado _____

Vice-Presidente – Vereador César Diego Sandoval Mas Urtado _____

Secretário – Vereador José Nilson Viana _____